

DUARTE, Luís Miguel – *Ceuta, 1415.* Lisboa: Livros Horizonte, 2015. 255 p.

Bernardo Vasconcelos e Sousa*

Na passagem dos seiscentos anos da tomada de Ceuta pelos portugueses é natural e compreensível que o tema volte a ganhar atualidade historiográfica entre nós. A edição, neste ano, de vários livros produzidos sobre o assunto retoma e dá destaque a um dos episódios mais marcantes (e polémicos) da história e da historiografia portuguesas. Além da obra aqui recenseada, mencionem-se também os estudos de João Gouveia Monteiro e António Martins Costa, *1415 – A Conquista de Ceuta* (ed. Manuscrito), e de Paulo Drumond Braga, *Uma Lança em África. História da Conquista de Ceuta* (ed. A Esfera dos Livros).

No caso que agora nos ocupa, do livro da autoria de Luís Miguel Duarte, catedrático de História Medieval da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, a abordagem produzida distingue-se voluntariamente das polémicas que no século XX tanta tinta fizeram correr, nomeadamente acerca das causas que levaram os portugueses até à cidade marroquina naquele verão de 1415. Diga-se, desde já, que a intenção do Autor não é ditada por qualquer impulso comemorativo, mas sim pelo desejo racional de “evocar o acontecimento para o repensar, para renovar as perguntas ao passado” (pág. 9).

*Bernardo Vasconcelos e Sousa é Professor Associado na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, onde atualmente coordena o Mestrado em História. Foi presidente do Instituto de Estudos Medievais (IEM) entre 2006 e 2008 e é diretor da revista *Medievalista OnLine*. Entre as suas publicações contam-se *Os Pimentéis. Percursos de uma Linhagem da Nobreza Medieval Portuguesa (Séculos XIII-XIV)*, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2000 (Prémio Júlio de Melo Fogaça, da Academia das Ciências de Lisboa), *D. Afonso IV (1291-1357)*, Círculo de Leitores, 2005, e a parte sobre Idade Média da *História de Portugal* dirigida por Rui Ramos, 8ª ed., A Esfera dos Livros, 2015 (Prémio D. Dinis 2009, da Fundação Casa de Mateus). Coordenou a obra *Ordens Religiosas em Portugal. Das Origens a Trento – Guia Histórico*, 2ª ed., Livros Horizonte, 2006 (Prémio A. de Almeida Fernandes de História Medieval Portuguesa) e o volume sobre a Idade Média da *História da Vida Privada em Portugal*, dir. por José Mattoso, Círculo de Leitores / Temas e Debates, Lisboa, 2010. Co-editou o livro *The Historiography of Medieval Portugal (c. 1950-2010)*, dir. por José Mattoso, Lisboa, IEM, 2012.

É isso que Luís Miguel Duarte faz, analisando em sucessivos capítulos “O Mundo daquele Tempo”, contemplando o contexto europeu mas não só; descrevendo “A Decisão” de ir a Ceuta e as razões que a motivaram; pormenorizando “A Preparação da Viagem” rumo à praça do Norte de África; ou apresentando-nos “Marrocos e Ceuta ao Tempo da Conquista Portuguesa”, através de um olhar sobre a cidade e a partir dela para o reino de Marrocos, com base em fontes muçulmanas contemporâneas da conquista portuguesa, como é o caso de uma descrição de Ceuta escrita em 1422 por um ceuti que lá nascera, lá vivera e de lá fugira aquando da chegada dos portugueses. No itinerário traçado por Luís Miguel Duarte não podia, evidentemente, faltar a descrição d’“O Combate” pela conquista da praça e, por último, “O Fim da Aventura”.

Tudo é tratado de forma rigorosa, mesmo que por vezes num tom coloquial, mas que não adultera a letra e o espírito da documentação histórica disponível. Face às suas fontes, o Autor tem, aliás, a atitude crítica do investigador que segue o percurso de “um estudo cientificamente conduzido”, para retomar a fórmula clássica do grande historiador francês que foi Lucien Febvre. Luís Miguel Duarte interroga as fontes, questiona-as, sabendo que elas não são neutras e também nos podem enganar.

É por isso que, perante a famosa *Crónica da Tomada de Ceuta*, do cronista-mor do reino Gomes Eanes de Zurara, escrita por encomenda do rei D. Afonso V e com base na versão comunicada pelo Infante D. Henrique, Luís Miguel Duarte diz-nos que “nem com ela nem sem ela”. De facto, não se devendo nem podendo prescindir de uma narrativa tão rica como esta, é preciso distinguir razões, destrinçar o provável ou o verosímil do adorno puramente ideológico ou apologético.

Isto é particularmente importante face à figura do próprio Infante D. Henrique, personagem cuja mitificação encontra na *Crónica da Tomada de Ceuta* uma das suas primeiras e principais peças. Ou, pelo contrário, no quase completo silêncio que se abate sobre um outro infante, D. Pedro, caído em desgraça e morto pelo exército de D. Afonso V na batalha de Alfarrobeira, em 1449, precisamente quando Zurara escrevia esta crónica, numa redação que tinha lugar trinta e cinco anos depois da tomada de Ceuta.

O livro oferece uma imensa e muito relevante informação factual que Luís Miguel Duarte nos apresenta – alguma dela absolutamente inédita – sobre as ações de espionagem e contra-espionagem que antecederam a partida da armada portuguesa, sobre a logística e os efetivos da expedição, sobre a evolução no terreno durante a batalha pela conquista da cidade, sobre outras versões que complementam ou contrariam mesmo a narrativa de Zurara. As lacunas ou os exageros das descrições do século XV, o que sabemos de seguro e o que é incerto, as dúvidas e as hipóteses interpretativas, de todas estas condicionantes o leitor é avisado, sem visão dogmática nem tom doutrinário. O que é tanto mais significativo quando a questão de Ceuta constituiu, durante décadas, um ponto fulcral de múltiplas e variadas visões ideológicas da história. Um dos pontos mais controversos é o do número de efetivos portugueses envolvidos na conquista da praça. O espião castelhano Ruy Díaz de Veja, enviado a Portugal por Fernando de Antequera, conseguiu o acesso a informação privilegiada e calculou que o exército português contaria cerca de 19 mil homens (pág. 86), tendo este montante sido arredondado por vários autores para as duas dezenas de milhar. Apesar do rigor de muitas das notícias fornecidas pelo referido espião, Luís Miguel

Duarte considera o número inflacionado. Diz ele: “Para não me furtar completamente a um cálculo, acredito num número entre 12 000 e 15 000 expedicionários”, para acrescentar logo em seguida: “mas admito que tivessem sido mais” (pág. 168). Do que não restam dúvidas é do caráter extraordinário da operação levada a cabo pelos portugueses, sem paralelo até àquela data.

Independentemente das causas que conduziram os portugueses a Ceuta em 1415 – e que estão longe de ser o núcleo central deste livro – e para além do juízo que se tenha sobre as razões da expedição e sobre os objetivos da conquista, a conclusão de Luís Miguel Duarte é eloquente. Para Marrocos, a perda de Ceuta e a incapacidade para a retomar de imediato determinaram o acentuar da quebra do prestígio e o acelerar da crise da dinastia merínida, que acabaria por ser deposta e substituída por uma nova dinastia, a dos Watássidas. Para Portugal, por seu turno, “Ceuta transformou-se num buraco gigantesco, num sumidouro sem fim de homens e de recursos; foi a pior ‘parceria público-privada’ da nossa história, um verdadeiro cancro para as contas do país” (pág. 240). Na senda de António José Saraiva, o autor subscreve a posição deste, ao considerar que a expedição a Ceuta poderia ter antecipado o desastre sofrido em Alcácer Quibir, com a morte do rei, a devastação do exército, a decapitação da mais alta nobreza e a perda de independência do reino (págs. 79-80).

Mas do que também não há dúvida é de que começava aqui uma nova fase da história de Portugal. Mesmo não existindo então um “plano global” de expansão ultramarina ou, muito menos, de construção de um império pluricontinental, estava dado o primeiro passo.